

Educação inclusiva no Brasil: arranjos institucionais e capacidades

Inclusive education in Brazil: institutional arrangements and capabilities

Erika Neder¹

Resumo

Este estudo investiga a implementação da educação inclusiva no contexto brasileiro, adotando a abordagem teórica das capacidades proposta por Martha Nussbaum (2020). Inicialmente, será explorado o conceito de educação inclusiva, acompanhado por uma análise histórica de sua evolução no Brasil e uma avaliação dos obstáculos que impactam sua efetiva concretização. A seguir, será apresentado o arcabouço central da teoria das capacidades de Nussbaum, permitindo uma análise crítica de sua aplicabilidade para fortalecer a educação inclusiva no país. Adicionalmente, serão examinados os arranjos institucionais necessários para a viabilização da educação inclusiva, compreendendo políticas públicas e práticas educacionais que fomentam a realização plena das capacidades individuais de todos os alunos, independentemente de suas particularidades e necessidades. Essa abordagem não somente ilumina a importância de promover uma educação inclusiva, mas também oferece insights concretos sobre como direcionar esforços para a construção de um sistema educacional mais equitativo e abrangente.

Palavras-chaves: Educação inclusiva; Capacidades; Arranjos institucionais.

Abstract

This study investigates the implementation of inclusive education in the Brazilian context, adopting the theoretical approach of capabilities proposed by Martha Nussbaum (2020). Initially, the concept of inclusive education will be explored, accompanied by a historical analysis of its evolution in Brazil and an assessment of the obstacles impacting its effective realization. Subsequently, the core framework of Nussbaum's capabilities theory will be presented, enabling a critical analysis of its applicability to strengthen inclusive education in the country. Additionally, the necessary institutional arrangements for the realization of inclusive education will be examined, encompassing public policies and educational practices that foster the full development of individual capacities for all students, regardless of their particularities and needs. This approach not only highlights the importance of promoting inclusive education but also provides concrete insights into how to direct efforts towards the construction of a more equitable and comprehensive educational system.

Keywords: Inclusive education; Capabilities; Institutional arrangements.

1. Introdução

A materialização de uma sociedade verdadeiramente inclusiva se erige como um desafio global de dimensões profundas, em que a educação emerge como o pilar estrutural desse empreendimento.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Direito pela UFJF. E-mail: erika.neder@gmail.com

No contexto brasileiro, a promoção da educação inclusiva tem evocado debates acalorados e esforços ininterruptos, todos convergindo para a busca incansável pela equidade no acesso à aprendizagem e na realização plena das capacidades individuais.

Nessa jornada, a perspectiva filosófica da teoria das capacidades, forjada por Martha Nussbaum (2020), irrompe como uma lente intelectual enriquecedora, dotando o entendimento do potencial transformativo da educação na formação de indivíduos realizados e empoderados.

A educação inclusiva, substanciada por princípios que transcende a mera coexistência física em ambientes escolares, reivindica a valorização incondicional de cada indivíduo em sua unicidade, celebrando suas habilidades e potencialidades únicas. Desse modo, a educação ganha contornos de uma ferramenta multifacetada que não apenas propicia o desenvolvimento das capacidades individuais, mas também almeja construir uma vida digna, repleta de realizações e plenitude (MANTOAN, 2003).

Este ensaio se lança em uma investigação profunda da concretização da educação inclusiva no cenário brasileiro, situando-se sob o prisma analítico proporcionado pela teoria das capacidades de Martha Nussbaum (2020).

Nesse propósito, desvelar-se-ão os marcos históricos que delinearam a trajetória da educação inclusiva no Brasil, onde se desenham desafios complexos que desafiam sua plena efetivação. Desdobrando-se a seguir, os alicerces fundantes da teoria das capacidades serão explorados, revelando como essa abordagem engendra um entendimento expandido do desenvolvimento humano e de sua intersecção essencial com a educação.

O cerne do presente estudo está ancorado na comprovação da aplicabilidade concreta da teoria das capacidades no contexto educacional do Brasil, norteando a gestação de práticas pedagógicas que acolham a diversidade e garantam a inclusão.

Além disso, será discutido de maneira aprofundada o papel dos arranjos institucionais, abarcando tanto políticas públicas quanto práticas escolares, que desempenham um papel preponderante na criação de um ambiente fomentador para a plena manifestação das capacidades individuais, relegando ao segundo plano quaisquer barreiras de natureza física, cognitiva ou socioeconômica.

Por meio dessa análise penetrante, procura-se insculpir contribuições impactantes para a otimização da educação inclusiva no Brasil, instigando abordagens mais sensíveis, humanizadas e firmemente engajadas na formação de cidadãos que saibam exercer suas liberdades fundamentais e participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O compromisso com a educação inclusiva, fortalecido pela teoria das capacidades, encarna o compromisso com a edificação de um futuro mais promissor, onde cada indivíduo possa alcançar seu pleno potencial, coadjuvando na construção de um mundo mais radiante e coeso.

2. Educação inclusiva no brasil: contexto e desafios

A evolução da educação inclusiva no contexto brasileiro é um reflexo das transformações sociais, políticas e pedagógicas ocorridas ao longo do tempo. A concepção de uma educação que abrace a diversidade e atenda às necessidades individuais de todos os estudantes ganhou notável impulso a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a qual não apenas reconheceu a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos, mas também estabeleceu a igualdade de oportunidades para o acesso e permanência na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) reforçou e sedimentou tal princípio ao determinar a disponibilização de um ensino regular inclusivo para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e habilidades excepcionais. No entanto, apesar dos avanços legislativos, a efetiva implementação da educação inclusiva no país ainda se defronta com uma série de desafios consideráveis.

Um dos obstáculos preeminentes reside na carência de infraestrutura adequada nas escolas para acomodar as necessidades de alunos com deficiências, como a ausência de rampas, sanitários adaptados e recursos de acessibilidade. Ademais, a formação docente muitas vezes não se mostra suficientemente capacitada para lidar com a diversidade presente na sala de aula, carecendo de abordagens pedagógicas inclusivas e estratégias de ensino adaptadas.

Outra questão relevante diz respeito à persistência do preconceito e da discriminação na sociedade, os quais frequentemente encontram reflexos no ambiente escolar. O estigma associado às deficiências, por exemplo, pode gerar

exclusão e marginalização dos alunos com necessidades especiais, prejudicando sua participação ativa tanto no contexto escolar quanto social.

A escassez de recursos financeiros e a falta de investimentos adequados também emergem como desafios consideráveis. A limitação de recursos destinados à educação inclusiva pode restringir a implementação de práticas e projetos que atendam às demandas específicas dos estudantes com necessidades especiais, impactando negativamente a qualidade do ensino oferecido.

Apesar dos avanços em políticas públicas que fomentam a inclusão, a realidade atual demonstra que ainda há um longo percurso a ser trilhado para alcançar uma educação autenticamente inclusiva no Brasil (FERREIRA, 2011).

A superação destes desafios exige uma abordagem abrangente, envolvendo a sociedade em sua totalidade, governos, instituições educacionais, educadores, familiares e comunidades. Essa colaboração visa a construção de um ambiente educacional inclusivo, acessível e que celebre a diversidade de talentos e aptidões dos estudantes brasileiros.

Somente assim será possível assegurar uma educação que catalisa o desenvolvimento pleno das capacidades individuais, transcendendo qualquer barreira física, intelectual ou social.

3. Teoria das capacidades de Martha Nussbaum

A teoria das capacidades, desenvolvida pela filósofa Martha Nussbaum (2020), oferece uma abordagem inovadora para a compreensão do desenvolvimento humano e sua relação com a educação. Fundamentada na filosofia aristotélica, a teoria das capacidades busca ir além da simples aquisição de conhecimentos e habilidades, enfatizando o desenvolvimento integral e o florescimento das potencialidades humanas.

Nussbaum (2020) propõe que o objetivo central de uma sociedade justa e inclusiva deve ser o de garantir a todas as pessoas as condições necessárias para que elas possam exercer suas capacidades de forma plena, promovendo uma vida digna e bem-sucedida. Para isso, a autora identifica dez capacidades centrais que devem ser nutridas e respeitadas em todos os indivíduos, independentemente de suas circunstâncias ou limitações:

Vida afetiva: Capacidade de amar e ser amado, estabelecendo conexões emocionais significativas com os outros. Saúde: Capacidade de gozar de boa saúde física e mental, tendo acesso a cuidados médicos e assistência adequada. Integridade corporal: Capacidade de se mover e agir livremente, sem sofrer violência ou restrições indevidas. Sentidos, imaginação e pensamento: Capacidade de perceber o mundo, imaginar possibilidades e desenvolver pensamentos críticos. Razão prática: Capacidade de tomar decisões informadas e autônomas, agindo de acordo com seus valores e objetivos. Afiliação: Capacidade de participar ativamente da comunidade, estabelecendo relações sociais e laços de solidariedade. Outras espécies: Capacidade de apreciar e respeitar outras formas de vida, valorizando a biodiversidade e o meio ambiente. Brincar: Capacidade de explorar, criar e se divertir, promovendo o desenvolvimento criativo e lúdico. Controle sobre o ambiente: Capacidade de influenciar as condições sociais e políticas que afetam a vida das pessoas. Sentido: Capacidade de buscar significado e propósito em suas ações e experiências, cultivando uma vida com sentido e realização pessoal (NUSSBAUM, 2020, sp.).

A teoria das capacidades enfatiza que todas essas dimensões são interdependentes e, ao se interconectarem, proporcionam a base para uma vida plena e digna. Assim, a educação inclusiva, sob o enfoque da teoria das capacidades, deve ir além do mero ensino de conteúdos acadêmicos, priorizando o desenvolvimento holístico dos estudantes e garantindo que eles tenham a oportunidade de exercer suas capacidades em sua plenitude, independentemente de suas particularidades e limitações.

A aplicação da teoria das capacidades na educação inclusiva pode influenciar a prática pedagógica, incentivando abordagens que valorizem a diversidade, promovam a empatia e respeitem as individualidades dos alunos. Além disso, a avaliação do progresso dos estudantes não se limitaria apenas a indicadores acadêmicos, mas também incluiria uma análise mais abrangente do desenvolvimento de suas capacidades e funcionamentos, reconhecendo as múltiplas formas de sucesso e realização na vida de cada indivíduo.

Portanto, a teoria das capacidades de Martha Nussbaum (2020) oferece uma lente teórica poderosa para repensar a educação inclusiva no Brasil, buscando uma abordagem mais humanizada, justa e sensível às necessidades e potencialidades de cada aluno, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais inclusiva e harmoniosa.

4. A aplicação da teoria das capacidades na educação inclusiva

A educação inclusiva, quando fundamentada na teoria das capacidades de Martha Nussbaum, ganha uma nova perspectiva que vai além da simples inserção de alunos com necessidades especiais no ambiente escolar. A abordagem das capacidades busca promover uma educação que valorize e potencialize as habilidades e singularidades de cada estudante, reconhecendo a diversidade como um elemento enriquecedor do processo educativo.

Ao aplicar a teoria das capacidades na educação inclusiva, é fundamental que a escola e os educadores estejam atentos a algumas diretrizes essenciais (NUSSBAUM, 2020):

Foco na Pessoa como um Todo: A teoria das capacidades ressalta a importância de considerar o aluno como um ser completo, com dimensões emocionais, sociais, intelectuais e físicas interconectadas. Assim, a educação inclusiva deve abranger não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o bem-estar emocional e o crescimento como cidadão integral.

Respeito à Diversidade: Cada aluno possui habilidades e potencialidades únicas. Nesse sentido, a escola inclusiva deve ser sensível à diversidade de talentos, interesses e estilos de aprendizagem, adaptando suas práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais de todos os estudantes.

Acessibilidade e Ambiente Inclusivo: A infraestrutura da escola deve ser adequada e acessível a todos, garantindo que estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida possam participar plenamente das atividades escolares. Além disso, é fundamental fomentar um ambiente inclusivo, no qual a aceitação, a empatia e o respeito mútuo sejam valores cultivados e praticados.

Aprendizagem Centrada no Aluno: A teoria das capacidades encoraja uma abordagem pedagógica centrada no aluno, na qual o estudante é protagonista de sua própria aprendizagem. Os educadores devem considerar os interesses, motivações e necessidades individuais dos alunos ao planejar suas atividades e conteúdos.

Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais: A formação integral do aluno inclui o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a empatia, a resolução de conflitos, a comunicação eficaz e a colaboração. Essas habilidades são essenciais para a formação de cidadãos autônomos e solidários.

Participação da Família e Comunidade: A construção de uma educação inclusiva requer a parceria entre a escola, a família e a comunidade. O envolvimento dos pais e responsáveis no processo educativo é fundamental para o sucesso da inclusão e para fortalecer a relação entre a escola e a comunidade.

Valorização das Múltiplas Formas de Inteligência: A teoria das capacidades reconhece a diversidade das inteligências humanas, indo

além da visão tradicionalmente centrada na inteligência acadêmica. É essencial valorizar e estimular todas as formas de inteligência, seja artística, física, emocional ou social.

A aplicação da teoria das capacidades na educação inclusiva implica uma mudança de paradigma, em que a escola não é apenas um local de transmissão de conhecimentos, mas um espaço de promoção do desenvolvimento humano e da formação de seres humanos autônomos, críticos e realizados.

Portanto, ao abraçar a teoria das capacidades, a educação inclusiva se torna um caminho mais humanizado e justo, que busca não apenas a igualdade de oportunidades, mas também a promoção do florescimento das capacidades individuais de todos os alunos, permitindo que eles alcancem uma vida plena e significativa. Essa abordagem pode ser um alicerce sólido para a construção de uma sociedade mais inclusiva e compassiva, em que a educação seja verdadeiramente um instrumento de transformação e emancipação para todos os seus membros.

5. Políticas públicas e práticas educacionais inclusivas

A implementação efetiva da educação inclusiva no Brasil requer o apoio de políticas públicas sólidas e práticas educacionais inclusivas que atendam às necessidades de todos os estudantes. Para alcançar esse objetivo, é necessário um compromisso conjunto entre governos, instituições de ensino, educadores, familiares e a sociedade em geral (BRASIL, 2006).

O desenvolvimento e a efetivação de políticas públicas inclusivas são fundamentais para garantir que a educação seja acessível e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades específicas. Algumas ações essenciais a serem consideradas incluem:

Investimento em Infraestrutura: É imprescindível que o governo destine recursos adequados para a construção e adaptação das escolas, proporcionando ambientes acessíveis e seguros para alunos com deficiências físicas e mobilidade reduzida. Isso envolve a instalação de rampas, elevadores, banheiros adaptados e a aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos assistivos.

Formação Continuada de Professores: Investir na capacitação dos educadores é essencial para que estes estejam preparados para lidar com a diversidade presente em suas salas de aula. A formação deve abordar estratégias pedagógicas inclusivas,

métodos de ensino diferenciados e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais para a gestão de conflitos e a promoção de um ambiente harmonioso.

Currículo Flexível e Adaptado: O currículo escolar deve ser flexível e adaptável, de modo a contemplar a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos. Ao proporcionar um currículo mais inclusivo, as escolas podem garantir que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento, respeitando suas singularidades e necessidades educacionais especiais.

Políticas de Acessibilidade Digital: A inclusão digital é um aspecto importante da educação inclusiva no mundo contemporâneo. É necessário promover o acesso à tecnologia e a disponibilidade de materiais educacionais acessíveis para alunos com deficiências visuais, auditivas ou cognitivas, garantindo que todos possam participar plenamente do processo de aprendizagem.

Além das políticas públicas, as práticas educacionais desempenham um papel crucial na efetivação da educação inclusiva. Algumas abordagens que podem ser adotadas nas escolas para promover a inclusão são:

- **Aprendizagem Colaborativa:** Incentivar atividades que promovam a colaboração entre os estudantes, possibilitando a troca de experiências e a construção coletiva do conhecimento.
- **Individualização do Ensino:** Adaptar as estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de cada aluno, respeitando seus estilos de aprendizagem e potencialidades.
- **Valorização da Diversidade:** Inserir no currículo temas relacionados à diversidade cultural, étnica, de gênero e de habilidades, promovendo o respeito e a valorização das diferenças.
- **Monitoramento e Avaliação Contínua:** Acompanhar de forma contínua o desenvolvimento dos alunos, identificando suas dificuldades e progressos para melhor adequar as estratégias pedagógicas.
- **Apoio Pedagógico Individualizado:** Oferecer recursos de apoio, como aulas de reforço, tutoria e atendimento especializado, para auxiliar os estudantes em suas dificuldades específicas.
- **Ambientes de Aprendizagem Inclusivos:** Garantir que a escola seja um espaço acolhedor, no qual todos os alunos se sintam bem-vindos e integrados, fomentando a convivência harmoniosa entre os estudantes.

Ao somar esforços na formulação de políticas públicas inclusivas e na aplicação de práticas educacionais que valorizem a diversidade e promovam o desenvolvimento

integral dos alunos, a educação inclusiva no Brasil poderá avançar de maneira significativa.

A criação de um ambiente escolar inclusivo, que valoriza e respeita as capacidades individuais de cada estudante, é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária, onde cada indivíduo possa florescer e contribuir positivamente para o bem comum.

6. Arranjos institucionais e implementação de políticas educacionais

Amartya Sen (1999) introduziu o conceito de "capacidades" como uma lente para analisar o desenvolvimento humano e a justiça social. Para Sen, a educação é um elemento crucial para ampliar as capacidades das pessoas, permitindo-lhes realizar escolhas significativas em suas vidas. Sen argumenta que a educação não deve ser encarada apenas como aquisição de conhecimento, mas como um meio para capacitar indivíduos a participar ativamente da sociedade e tomar decisões informadas.

No contexto da educação inclusiva, os arranjos institucionais desempenham um papel vital na concretização das capacidades de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. Esses arranjos abrangem desde políticas educacionais até a estruturação das escolas e as práticas pedagógicas adotadas. A ênfase na equidade e na acessibilidade é fundamental para assegurar que cada aluno tenha a oportunidade de desenvolver suas potencialidades ao máximo.

A implementação eficaz de políticas públicas é um elemento crítico na busca por uma educação inclusiva no Brasil. Políticas claras e bem definidas são necessárias para orientar as ações dos governos e das instituições educacionais, proporcionando um arcabouço legal e diretrizes práticas para garantir a inclusão de todos os estudantes. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 estabeleceram bases sólidas para a promoção da educação inclusiva, reconhecendo o direito de todos os cidadãos à educação de qualidade.

No entanto, a implementação dessas políticas muitas vezes se depara com desafios práticos. A falta de recursos financeiros adequados, a necessidade de

capacitação dos professores e a infraestrutura inadequada nas escolas podem dificultar a concretização das metas inclusivas. Além disso, a conscientização e a mudança de mentalidade em relação à diversidade são fatores cruciais para o sucesso da implementação, uma vez que preconceitos e estereótipos enraizados podem afetar a eficácia das políticas.

A interconexão entre arranjos institucionais e políticas públicas é essencial para o avanço da educação inclusiva. Arranjos institucionais bem planejados, como a adaptação das escolas para acomodar as necessidades dos alunos com deficiências e a capacitação adequada dos educadores, são parte integrante da eficácia das políticas públicas. Por sua vez, políticas públicas bem estruturadas fornecem a orientação necessária para que as instituições educacionais implementem práticas inclusivas consistentes e coordenadas.

Apesar dos avanços na legislação e nas políticas, a concretização de uma educação inclusiva no Brasil permanece um desafio complexo. A superação dos obstáculos demanda a colaboração contínua entre o governo, as instituições educacionais, os educadores, as famílias e a sociedade como um todo. Investimentos adequados, formação de qualidade, conscientização e avaliação constante são fatores cruciais para o êxito dessas iniciativas.

À medida que o Brasil avança em direção a uma educação inclusiva que verdadeiramente promova as capacidades individuais, a sinergia entre arranjos institucionais inspirados por Amartya Sen e políticas públicas bem implementadas é crucial para alcançar uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os estudantes possam desenvolver-se plenamente e contribuir para o bem-estar coletivo.

7. Conclusão

A busca incansável pela efetivação da educação inclusiva no Brasil é uma jornada que requer determinação diante dos desafios, mas que é absolutamente essencial para construir uma sociedade genuinamente justa, solidária e igualitária. Nesse percurso, a teoria das capacidades de Martha Nussbaum desponta como um recurso filosófico inestimável, enriquecendo a nossa compreensão do papel vital que a educação desempenha na promoção do desenvolvimento humano integral e na formação de cidadãos plenamente realizados.

Ao adotar a perspectiva das capacidades na educação inclusiva, avançamos além das simples adaptações físicas e curriculares. Essa abordagem abraça a singularidade de cada aluno, reconhecendo e valorizando suas habilidades e potencialidades únicas. Através dessa lente, a educação ganha uma dimensão mais ampla, abrangendo não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional, a construção de relações sociais significativas e a promoção do pensamento crítico e criativo.

Os arranjos institucionais desempenham um papel crítico na concretização da educação inclusiva, assim como enfatizado por Amartya Sen. Esses arranjos abrangem desde políticas educacionais até a estruturação das escolas e as práticas pedagógicas adotadas. Ao criar um ambiente que acolhe e atende às necessidades de todos os estudantes, esses arranjos institucionais criam a base necessária para a implementação bem-sucedida das políticas públicas.

E é justamente a implementação eficaz de políticas públicas que atua como o motor desse processo de mudança. Políticas bem delineadas e implementadas orientam ações coordenadas entre os diferentes atores envolvidos, proporcionando um arcabouço legal e diretrizes práticas para efetivar a inclusão de todos os estudantes. Entretanto, superar desafios como a falta de recursos, a necessidade de formação docente e a mudança de mentalidade é crucial para traduzir essas políticas em ações concretas e resultados palpáveis.

A realização plena de uma educação inclusiva exige a colaboração conjunta e comprometida de todos os protagonistas: governos, instituições educacionais, educadores, famílias e comunidades. É por meio dessa cooperação que podemos superar os desafios persistentes, como a carência de infraestrutura, a discriminação arraigada e a insuficiência de recursos apropriados.

É essencial que a escola seja reconhecida como um espaço acolhedor e inclusivo, onde cada aluno se sinta valorizado, respeitado e aceito em sua individualidade. A promoção de um diálogo aberto entre educadores, pais e alunos emerge como um elemento-chave para criar um ambiente que favoreça a aprendizagem, a colaboração e a convivência harmoniosa.

Ao amalgamar a teoria das capacidades, os arranjos institucionais e as políticas públicas, o Brasil pode trilhar uma trajetória em direção a uma sociedade mais empática e solidária. Uma sociedade onde cada indivíduo tenha a oportunidade de

explorar plenamente suas capacidades, engajar-se ativamente na comunidade e contribuir para o bem-estar coletivo.

Portanto, o imperativo de avançar em direção a uma educação que não apenas garanta a presença dos alunos na escola, mas que também catalise seu florescimento como seres humanos completos e realizados, é a essência da busca pela educação inclusiva. Ao ancorar-se na teoria das capacidades, a educação inclusiva se revela como uma valiosa aliada nesse percurso rumo a uma sociedade mais inclusiva, igualitária e acolhedora para todos. Comprometer-se com a educação inclusiva é, em essência, comprometer-se com a construção de um futuro mais equitativo e promissor, onde todos tenham a possibilidade de atingir seu potencial máximo e contribuir para um mundo aprimorado.

Referências

NUSSBAUM, Martha C. **Fronteiras da Justiça: Deficiência, Nacionalidade, Pertencimento à Espécie**. Editora WMF Martins Fontes, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394/1996). Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2006.

FERREIRA, Valéria Amorim Arantes. **Educação Inclusiva: Conceitos, Políticas e Práticas**. Revista Brasileira de Educação, vol. 16, no. 47, 2011, pp. 419-433.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. Moderna, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.